

### A AGRICULTURA E A COMPETITIVIDADE

Alysson Paulinelli(1)

**D**epois de tantas tentativas de planos econômicos, todos eles com características semelhantes - a manipulação de indicadores econômicos com penalização de dois segmentos da sociedade; de um lado a classe assalariada, que tinha seus salários degradados em função das mágicas econômicas, e de outro os produtores rurais, vítimas da contenção artificial dos preços agrícolas e a incontrolável elevação dos custos dos insumos de produção -, surge o Plano Real, com características diferentes dos anteriores, mas ainda agora não menos perverso do que os seis anteriores para o setor rural brasileiro.

No Plano Real, a classe trabalhadora foi protegida desde a fase chamada de "amortecedora", abril a junho, quando os salários já eram pagos em URV. Após o Plano Real, protegidos pela redução da inflação e elevados os salários mínimos de forma artificial a níveis que já ultrapassam os 40% de elevação. Na realidade, no Plano Real a conta ficou para ser paga pelos produtores rurais. As próprias instituições muniadoras do governo indicam que em 1995

a transferência do setor rural para o setor urbano não foi menor do que 10 bilhões de reais. Numa conta simples, sem sofisticadas equações econômicas, se pegarmos o volume da produção de 1995 comparando-se vis-à-vis o valor total preços/94 e preços/95, esta transferência ultrapassa 14 bilhões de reais, ou seja, 1/3 do PIB agrícola brasileiro à época.

Mas nem tudo é desastre. É inquestionável que o Plano Real trouxe, pelas consequências da própria proteção da renda do assalariado, uma espantosa elevação na demanda. Inclusive pelo não-estímulo ao crescimento da produção agrícola, transformou o Brasil num dos maiores importadores de alimentos do mundo. É evidente que o mercado interno cresceu. A conjuntura no setor de alimentos nos dá clara sinalização de mudança do perfil da oferta e procura. O espantoso crescimento econômico da China, com 1.200 bilhão de habitantes; a recuperação econômica da Índia, o crescimento de Bangladesh e a abertura política da antiga União Soviética, abrem no mínimo, nos próximos dez anos, uma perspectiva favorável ao mercado de produtos agrícolas no mundo.

A própria posição brasileira, de um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas na década de 70, hoje, na década de 90, um dos maiores importadores, ajuda a aquecer os preços internacionais de alimentos. Nessa área, o Plano Real ainda é uma expectativa.

Temos de crer na possibilidade de recuperação dos instrumentos básicos da política agrícola, que todos os países sérios e de economia estável, como esperamos ser daqui em diante, realizam, aqui também terão de funcionar.

(1) Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O crédito rural é um importante instrumento de estímulo à produção, de incorporação de tecnologia e de crescimento da produção. Tem, urgentemente, de se livrar dos penduricalhos da política monetária (TR, TJLP, ajustes etc.), que incorporam no saldo devedor dos produtores rurais contas impagáveis. Terão de ser, conforme estabelece a Lei 4829/65, suficientes, oportunos e adequados. Não precisa mais nenhuma legislação - basta cumprir a lei.

O preço mínimo, que nos países mais desenvolvidos já é substituído por renda mínima, para nós ainda uma ficção, tem de ser respeitado. Três leis no Brasil já garantem a política de preços mínimos, só que não são cumpridas, como a do crédito rural que, de 1983 para cá, passou a ser apenas referência, não dando nem a produtores e muito menos a consumidores, seu maior beneficiário, qualquer garantia ou estímulo.

O seguro agrícola, já estabelecido como obrigatoriedade pela lei agrícola, regrediu. O Proagro, seguro apenas do crédito rural transformou-se num confisco, mais do que um tributo, e não foi pago. Deu-se o verdadeiro calote no produtor.

A regra da comercialização foi regida exclusivamente pela lei do "segurar o preço". A única âncora que funcionou de fato nesses dois anos do Plano Real foi a "verde". A cesta básica de origem rural paga na prateleira, hoje, tem o preço menor do que em 30/06/94.

Esses quatro instrumentos: crédito rural, preço mínimo, seguro e regras de comercialização são as normas básicas de qualquer sociedade civilizada, especialmente pelos seus consumidores, que fazem os seus governos respeitarem. Não vamos discutir aqui a tributação excessiva, tributos diretos nos insumos, nas máquinas agrícolas, no transporte, na energia, nos combustíveis que o agricultor brasileiro paga antes de plantar.

Somos o campeão mundial de tributos nos produtos in natura da agricultura e da pecuária, sem contar os indiretos - entre eles o IPI na agroindústria e, impossível esquecer, a atual política cambial, escorchante ao produtor agrícola. Hoje é mais fácil, mais econômico e mais lucrativo importar produtos agrícolas que, além da defasagem cambial, trazem estímulos creditícios e subsídios que se tornam altamente favoráveis em relação ao similar brasileiro.

Vale lembrar do algodão, lavoura de cunho altamente social para o Nordeste brasileiro. O norte

de Minas, única opção das regiões semi-áridas, como cultura sem irrigação, está aniquilado pela falta de tarifa alfandegária, legalmente já instituída no Brasil, necessária ao produto brasileiro. Só em Minas Gerais, das 16 mil famílias que há três anos viviam do algodão no norte de Minas, hoje provavelmente não temos mais cinco mil famílias nessas atividades. Aí está provavelmente uma das fortes correntes a engrossar o Movimento dos Sem-Terra no país inteiro.

Temos notícias que os plantadores de maçã do Planalto Gaúcho, que transformaram o Brasil num grande produtor e exportador, estão arrancando seus pomares e se transformando em importadores desse produto da Argentina, Chile e até da Europa e ganhando muito mais como distribuidores pelo Brasil inteiro.

Eles se beneficiam de subsídios e de créditos especiais de até 360 dias sem juros, o que torna este produto importado, embora de pior paladar do que nosso, com grande vantagem para o mercado inteiro.

Fico só nos dois exemplos, porque é triste saber que este ano o Brasil será também um campeão mundial de importação de carne bovina. As causas não são diferentes. No entanto, existe a expectativa de que as coisas começarão a mudar. Não foi só a mudança de ministro mas o próprio governo que, na fala do Presidente da República, começa a reconhecer o erro que cometeu e o sacrifício da agropecuária brasileira. Novos rumos significam recuperar, imediatamente, pelo menos quatro instrumentos: crédito rural, preço mínimo, seguro e regras de comercialização.

Não podemos nos esquecer que a globalização da economia vai exigir algo mais. Só sobreviverá quem tiver capacidade competitiva.

Além da inarredável condição de igualdade entre os competidores, a pedra mágica está na geração e transferência de tecnologia, hoje quase abandonada no País. Como conheço bem o novo ministro, até pelas suas origens, sei que novos ventos vão soprar, aliás, já estão soprando. Com isso espero que não só os produtores e consumidores brasileiros continuem decepcionados, afinal o Brasil na década de 70 transformou-se na grande esperança de ser a alternativa de suprimento do escasso alimento no mercado mundial. Aí estão nos rondando a China, Japão, Rússia, Coreia e tantos outros. Espero que o país não os decepcione também.